

O TERCEIRO SETOR: A RESPONSABILIDADE SOCIAL, UMA RESPOSTA ANTE A CRISES DO CAPITALISMO (A experiência costarriquenha).

Mariangel Sánchez Alvarado¹
Sebastián Muñoz Vásquez²

Resumo

A partir das crises do capital, o Estado, o qual está mediado por as classes sociais, tem que responder a essas crises por meio de políticas e ações que melhorem as condições para a reprodução do sistema capitalista; neste sentido, na crise dos anos 80's, o Estado implemento por causa da pressão dos Organismos Internacionais (a favor do capital) uma série de medidas pró mercado, as quais vão ter implicações nas relações sociais. Uma das respostas para melhorar as condições do mercado foi a implementação do “Terceiro Setor”, considerado como o ator necessário para dar resposta às situações sociais que o Estado não poderia fazer baixo um discurso de “ineficiência”, com um transfundo ideológico político forte na concepção do Estado “mínimo” e o traslado de responsabilidades deste à sociedade civil. Desta maneira coloca se a Responsabilidade Social como uma das manifestações do “Terceiro Setor” desde uma perspectiva ideológica marxista, colocando como categorias principais a perspectiva de totalidade, hegemonia e o Estado.

Palavras-chave

Estado/ Terceiro Setor/ Totalidade/ Hegemonia

Resumo

A partir de las crisis del capital, el Estado, el cual esta mediado por las clases sociales, tiene que responder a esas crisis por medio de políticas y acciones que mejoren las condiciones para la reproducción del sistema capitalista; en este sentido, en la crisis de los años 80's, el Estado implementó por causa de Organismos Internacionales (a favor del capital) una serie de medidas a favor del mercado, las cuales van a tener implicaciones en las relaciones sociales. Una de las respuestas para mejorar las condiciones del mercado fue la implementación del “Tercer Sector”, considerado como un actor necesario para dar respuesta a las situaciones sociales que el Estado no puede responder bajo un discurso de “ineficiencia”; con un trasfondo ideológico político fuerte en la concepción de Estado “mínimo” y el traslado de responsabilidades de éste a la sociedad civil. De esta manera, se coloca la Responsabilidad Social como una de las manifestaciones del “Tercer Sector” desde una perspectiva marxista, colocando como categorías principales totalidad, hegemonía y Estado.

Palabras clave

¹ Licenciada em Trabalho Social na Universidade de Costa Rica, discente do Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: mariangelsa@gmail.com

² Geografo da Universidade de Concepción, Chile, discente do Mestrado em Geografía da Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: smunozv@udec.cl

Estado/ Tercer Sector/ Totalidad/ Hegemonía

Introdução

Este artigo tem como objetivo principal colocar as categorias centrais do processo de contrarreforma no Estado costarriquenho a partir da década de 1980, as quais deram muita importância ao auge do “Terceiro Setor” que tem nesse país atualmente. Este estudo tem um caráter exploratório e foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas e documentais; o método utilizado foi o método dialético, onde as categorias de trabalho, totalidade, contradição e mediações tem um caráter transversal no texto, o qual considera se que aportaria mais ferramentas para uma visão crítica do objeto de estudo: **A Responsabilidade Social**. A Responsabilidade Social apesar de ser muito popular nas empresas e tem logrado que na Costa Rica coloque-se em postos importantes em rankings mundiais, é um tema pouco estudado e analisado nesse país.

A visão do Estado, bases teóricas para a compreensão do Terceiro Setor.

O Estado, desde sua gênese e desenvolvimento, há sido influenciado e determinado pelos interesses da classe social dominante, os quais são definidos pela proteção à propriedade privada, segundo Engels (1884):

“O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da ideia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (Engels, 1884)

O Estado concebe se como uma entidade eminentemente histórica, que vai se transformando em correspondência ao modo de produção capitalista e aos interesses de classe. Porém, além disso, como uma categoria ontológica e dialética, o Estado, segundo autores como Gramsci

(2010), não é só um instrumento de opressão da classe dominante para a trabalhadora, também não é um sujeito dotado de vontade própria, a-histórico e exterior à luta de classes; esse mesmo autor indica que o Estado não pode considerar-se como um bloque monolítico sem fissuras, mais bem esta dividido; às contradições de classe que constitui o Estado estão presentes em sua materialidade e de esta maneira estruturam seu organização.

Ademais, é importante tomar em conta as distintas matizes segundo a conjuntura político-cultural de cada lugar, o seja, o Estado se singulariza sempre atuando baixo a lógica mais estrutural do sistema capitalista, mas tomando características próprias de cada país. Por isto, neste trabalho, se realizará uma reconstrução histórica das respostas do Estado a partir da crise do capital nos anos 80's ao nível geral, mas nos concentrando posteriormente na Costa Rica.

A transformações do Estado como resposta à crises do capital

Como o Estado, segundo Engels (1884) nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado representa em maior proporção a classe mais poderosa, a classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Por isto, é que, historicamente o capital tem sofrido crises e assim transformações tanto em sua estrutura como em os aparelhos que ajudam para reproduzi-lo, entre eles, o Estado.

Segundo Mandel (1968) na década de 1960 o padrão de acumulação capitalista (fordista-keynesiano) começa a se esgotar, ante isto, Mota (1985) coloca algumas situações que eles demonstram como a queda das taxas de lucro, as variações na produtividade, o endividamento internacional e o desemprego.

Antunes (1999), menciona que a partir da crise anteriormente mencionada, gerada por um colapso na superprodução efetuado pelo regime fordista, era necessário para a reprodução do sistema de produção, colocar uma nova pratica de acumulação do capital, nesse contexto emergem novas formas organizacionais e de reajustamento social e político, o seja a reestruturação produtiva. Esta reestruturação produtiva trouxe mudanças importantes não só na parte econômica nos países, também coloca mudanças na esfera política e social, afetando

principalmente as condições de vida da classe trabalhadora devido às transformações do Estado ante estas crises. Além de isso, a reestruturação produtiva impõe um novo padrão de acumulação colocando em primeiro lugar a flexibilização como maneira de melhorar a situação; esta flexibilização se dá em vários sentidos; flexibilização nos contratos e o mercado de trabalho, o processo produtivo e o regime de acumulação.

Segundo Antunes (1999), este novo padrão de acumulação tem consigo altos índices de desemprego estrutural, maior exploração da classe trabalhadora, ganhos modestos de salários e a desestruturação do poder sindical.

Harvey (1993) denomina este novo padrão de acumulação como “acumulação flexível”, colocando-se como contrário ao padrão fordista, mais bem, procura a flexibilização dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; o sentido deste novo sistema de acumulação é de produzir o máximo com um mínimo de trabalhadores (gerando uma exploração máxima da força de trabalho) integrando ademais novas tecnologias e técnicas gerenciais.

Como uma das respostas do Estado mencionadas anteriormente, implanta-se um conjunto de políticas macroeconômicas impulsadas nos países pelos Organismos Internacionais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que nascem no conhecido Consenso de Washington, chamados Programas de Ajuste Estrutural nos países periféricos. Segundo Mota (1985) este consenso “deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento das crises dos 80’s, especialmente no que diz respeito às reformas a serem implementadas pelos países periféricos.”

Os processos de reestruturação do capital mencionado anteriormente, orientado pelos princípios neoliberais trouxe consigo, segundo Montaña (2003) uma flexibilização dos mercados nacionais e internacionais, das relações laborais, da produção, da inversão financeira, do distanciamento do Estado de suas responsabilidades sociais, e da regulação social entre capital e trabalho, permanecendo, porém, como instrumento de consolidação hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e reforma estatal e na reestruturação produtiva.

Ademais, para lograr melhorar a produtividade entre os mercados, e procurando a industrialização, os países tinham que assumir uma série de modificações estaduais entre elas o conceito de “Estado mínimo” para procurar o livre mercado, segundo Montaña (2003):

“Este Estado “mínimo”, pelo tanto, corresponderia a uma sociedade civil “máxima”. O Estado coincidiria com a livre interação entre indivíduos, que sem as pressões de classes, escolheriam aquele que lhes interessaria como individualidades: o individualismo passa a ser a chave da reprodução da ordem democrático”. (Tradução nossa³) (Montaño, 2003)

Neste sentido, o Estado retrocede em seu atuar na intervenção social, em lugar de constituir uma rede universal de proteção social que expanda o Estado na garantia dos direitos sociais, o bem estar social pertence ao âmbito privado, como menciona Montaño (2003), o seja às famílias, a comunidade, às instituições religiosas e filantrópicas, as quais devem de se responsabilizar por isto, é uma rede de “solidariedade” que proteja aos mais pobres. Seguindo a Montaño (2003) “A versão mais “sofisticada” dessa concepção, é o chamado “Terceiro Setor”, dominado pelas organizações não governamentais, devidamente sustentadas por recursos públicos, na medida em que a maioria dessas organizações é financiada pelos governos” (Tradução nossa⁴)

Entende-se então, o “Terceiro Setor” como, “uma estratégia que cumpre um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, neste caso promovendo a reversão dos direitos de cidadania, de serviços sociais, políticas sociais e assistenciais universais não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas por um sistema de solidariedade universal obrigatório.” (Montaño, 2003)

Segundo Coutinho (2003) a denominação “terceiro setor” se explicaria, para diferenciá-lo do Estado (Primeiro Setor) e do setor privado (Segundo Setor), onde ambos não estariam conseguindo responder às demandas sociais: o primeiro, pela “ineficiência” de seu atuar; o segundo, porque faz parte da sua natureza visar o lucro, por isto, essa lacuna seria assim ocupada por um “terceiro setor” supostamente acima da astúcia do setor privado e da incompetência e ineficiência do Estado, é comum na literatura sobre o tema classificá-lo como “sem fins lucrativos”.

³ Este Estado “mínimo”, por lo tanto, correspondería a una sociedad civil “máxima”. El Estado coincidiría con la libre interacción entre individuos, que sin las presiones de clases, escogerían aquello que les interesaría como individualidades: el individualismo pasa a ser la llave de la reproducción del orden democrático.

⁴ La versión más “sofisticada” de esa concepción, es el llamado “Tercer Sector”, dominado por organizaciones no gubernamentales (las famosas ONGs), debidamente sustentadas por recursos públicos, en la medida en que la mayoría de esas organizaciones es financiada por gobiernos.

Porém, neste sentido, segundo Montaña (2003) o objetivo de retirar ao Estado (e ao capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social”, e de transferi-la para a esfera do “terceiro setor”, não ocorre por motivos de eficiência, também não só por razões financeiras de reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal; o motivo é fundamentalmente político-ideológico, onde se procura retirar y vaziar a dimensão de direito universal do cidadão com relação as políticas sociais de qualidade; o mesmo autor menciona que procura-se uma cultura de auto-culpabilização dos problemas que afetam à população e portanto a maneira de “resolver” a situação é a autoajuda e ajuda mutua para seu enfrentamento; o seja, exonerar ao capital de suas responsabilidades e por outro lado uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

O Terceiro Setor no Estado Costarriquenho

Na década dos 80's em Centro América, ligada à crise do sistema de produção, colapsa ou modelo de substituição de importações, isto porque poucos países puderam manter-se no intercâmbio comercial internacional; a debilidade da economia destes países dirigiram ao governos centrais à criação de políticas pouco respeitosas da “ortodoxia fiscal”, que provocaram grandes desequilíbrios na economia. Assim, os países procuraram a dívida externa, ou qual foi facilitado por a abundância de petrodólares no sistema financeiro internacional (Franco, 1997). A raiz desta dívida, ocorrem uma série de reformas econômicas, políticas e sociais, enfocadas ao novo estilo de desenvolvimento econômico, as quais são instauradas nos países por meio dos Programas de Ajuste Estrutural⁵.

De acordo com Aguilar (2009), Costa Rica implemento dois prestamos de ajuste estrutural: PAE I y PAE II com o Banco Mundial em 1985 e 1989 respetivamente e ainda executo um terceiro PAE a partir de 1995, o qual foi financiado com recursos próprios mais “doações” da “Agencia Internacional para o Desenvolvimento” (AID) do governo estadunidense. Os Programas de Ajuste Estrutural, propõem mudanças profundas nas funções e no tamanho no setor público na Costa Rica e se constituem na plataforma inicial do processo de contrarreforma do Estado.

⁵ Como se menciona anteriormente, os Programas de Ajuste Estrutural (PAE's) são medidas impulsadas pelos Organismos Internacionais (Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) como condicionantes para os prestamos que outorgaram aos países periféricos depois da crises dos 80's.

Na política costarriquenha, a receita neoliberal mencionada no apartado anterior, dada pelos países desenvolvidos e com a cumplicidade dos organismos internacionais, se centro em:

1. “O Ajuste Estrutural nas condições concretas de Costa Rica desde uma perspectiva fundamentalmente econômica, procura uma maior integração e abertura da economia nacional ao comércio exterior, reduzindo taxas, eliminando regulações, estabelecendo condições e regras econômicas que estimulem tanto as importações como exportações, pero com uma tendência para o equilíbrio do comércio exterior. 2. Alcançar o equilíbrio nas finanças públicas, mediante a redução de gastos, o aumento de ingressos, impostos, taxas, etc. ou uma mistura de ambos. 3. Aumentar a eficiência e competitividade geral da economia e particularmente do setor público por meio de sua redução. 4. Aumentar o papel dos mercados e do sistema de preços na alocação dos recursos e a determinação do valor relativo dos bens y fatores da produção. 5. Privatizar empresas ou instituições do Estado reduzindo o tamanho e a produção da economia estatal com respeito à produção nacional (PIB)”. (Weisleder, 1992).

A partir dos dados do Ministério da Presidência da Costa Rica (1990), na Comissão de Reforma do Estado Costarriquenho (COREC), existiu um duplo propósito com a contrarreforma do Estado, por um lado se procurou “(...) redistribuir o poder político entre os estratos da sociedade, processo de democratização, e por outro lado, procurou-se reestruturar a organização do Estado para dar maior flexibilidade, eficiência, produtividade e eficácia no logro de cometidos fundamentais.” (Tradução nossa⁶) (Ministério da Presidência da Costa Rica, 1990). Esta comissão sinala pontos de “insuficiência estatal” que se suporiam deveriam ser superados junto ao processo de reforma e os justificavam politicamente. Os pontos foram: Enfoque limitado no marco jurídico vigente para definir os direitos individuais e sociais dos costarriquenhos; Limitações nos procedimentos normativos para a eleição de representantes políticos; Recargo de funções no poder legislativo; Grande concentração de poder em mãos do Governo Central; Necessidade de descentralização territorial do Estado e

⁶ Redistribuir el poder político entre los estratos de la sociedad, proceso de democratización, y por otro lado, se buscó reestructurar la organización del Estado para darle mayor flexibilidad, eficiencia, productividad y eficacia en el logro de cometidos fundamentales” (Ministério da Presidência da Costa Rica (1990)

de transferir poder político e econômico às regiões e Urgência de conformação de um Estado “flexível y ágil” para enfrentar um entorno de maior complexidade.

A partir dos assinalamentos da Comissão de Reforma do Estado Costarriquenho, empeza se aplicar uma série de medidas, onde, segundo Jiménez (1998), o Estado (a partir da contrarreforma) assume novas funções, entre as que destacam legislar a incidência das forças do mercado, o seja, que seu papel seria: Redução de impostos, reforma tributária, cambiaria e financeira, facilitar a entrada de capitães estrangeiros, reforma laboral, de segurança social e educativa, entre outras funções. Segundo o mesmo autor mencionado, o setor privado, deverá inovar tecnologicamente seus aparelhos produtivos para ser mais “eficientes y competitivos” para suprir funções historicamente assumidas pelo Estado, o qual implica por uma parte desenvolver a economia nacional, de tal maneira que permita se integrar ao mercado mundial e produzir com qualidade todos os bens e serviços que a população demande para satisfazer as necessidades básicas y “melhorar” assim suas condições de vida.

Porém, na realidade concreta, os resultados do processo de contrarreforma diferem em grande medida das promessas de sucesso que sustentava o discurso original que apontava ao “desenvolvimento, eficiência e competitividade” do Estado dentro duma economia mundial; pelo contrário, a experiência do processo de contrarreforma foi sim dúvida, o deterioro da função social do Estado, o fortalecimento das iniciativas privadas e o deterioro das condições laborais e de vida dos setores assalariados do país, fundamentalmente de aqueles pertencentes a um setor público enfraquecido.

A implementação do PAE III em 1995 particularmente relaciona se com a redução de más de 25,000 vagas de emprego no setor público para 1996, amparado na criação do “programa de mobilidade laboral voluntaria”.

Em 1986 se reconhece que as pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza no país correspondia a um 60% das famílias; avançando as décadas, a extrema pobreza subiu quase um 50% de 1987 a 1991, ademais apareceram doenças já erradicadas e se elevo a expulsão escolar; por outro lado, o salário real deterioro se ainda mais por um dramático aumento nos impostos de venta y renda. (Tradução nossa)⁷ (Palmer e Molina, 1997:105)

Para 1995 os salários mínimos diminuíram, também o desemprego aberto foi de 5,2% o que

⁷ En 1986 se reconoce que quienes se encontraban debajo de la línea de la pobreza en el país correspondía a un 60% de las familias; avanzando las décadas, la extrema pobreza subió casi un 50 por ciento de 1987 a 1991, además aparecieron enfermedades ya erradicadas, y se elevó la expulsión escolar; por su lado el salario real se deterioró aún más por un alza dramática en los impuestos de venta y renta (Palmer y Molina, 1997:105).

corresponde a 63.517 pessoas, as quais representaram 14.100 mais que em 1994. (Tradução nossa)⁸ (Proyecto Estado de la Nación, 1995)

Costa Rica recebeu o século XXI com uma notícia que reflexava nos mesmos termos que idearam os Organismos Internacionais (PNUD), o fracasso de seus políticas, já que para o ano 2000 descendeu o nível internacional segundo o Índice de Desenvolvimento Humano do grupo de países com “alto desenvolvimento humano” (posto 45 em 1999) às nações com “desenvolvimento humano meio” (posto 48 no 2000) o qual reflexa parcialmente o deterioro sistemático das condições de reprodução que foram materializando-se no século XX. (Tradução nossa)⁹ (La Nación, 2000)

O cenário apresentado fortaleceu o denominado “Terceiro Setor”, dado ao incremento e estimulação das iniciativas privadas, terceirizadas o “transferidas” à sociedade civil a traves do discurso da participação social, acompanhado do discurso ideológico que legitima ao setor privado como “eficiente”, “empreendedor” e “livre”, obviando que na “transferência” ao setor privado, reduz-se as possibilidades de controle democrático e de pressão política pelos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. Assim, seguindo ao Montañó (2003) a função social de resposta as refrações da “questão social” deixam de ser, no projeto neoliberal, responsabilidade prioritária do Estado, e por meio deste, do conjunto da sociedade, passado agora ser uma auto responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades e da ação filantrópica, “solidaria-voluntaria” de organizações e indivíduos. Como diz o mesmo autor, a resposta das necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (por meio das políticas sociais) e um direito do cidadão, e passa ser agora, uma opção do voluntario que ajuda aos outros.

No modelo de desenvolvimento neoliberal, existe uma maior diferenciação do Estado e Sociedade Civil¹⁰, pelo conseguinte do público e privado; neste cenário, o público aparece

8 Para 1995 los salarios mínimos y promedios disminuyeron, también el desempleo abierto fue de 5.2% lo que corresponde a 63.517 personas, que representan 14.100 más que en 1994; el mismo seguía siendo más alto para las mujeres y la mayor cantidad provenían del comercio y los servicios (Proyecto Estado de la Nación, 1995:71).

⁹ Costa Rica recibió el siglo XXI con una noticia que reflejaba, en los mismos términos que idearon los organismos internacionales (PNUD), el fracaso de sus políticas, ya que para el año 2000 descendió a nivel internacional según el Índice de Desarrollo Humano del grupo de países con “alto desarrollo humano” (puesto 45 en 1999) a las naciones con “desarrollo humano medio” (lugar 48 en el 2000), lo cual refleja parcialmente el deterioro sistemático de las condiciones de reproducción que se fueron materializando en el siglo XX¹¹ (La Nación, 2000).

¹⁰ Gramsci face uma distinção analítica entre a sociedade civil e a política, na qual a primeira é composta de associações voluntárias (como famílias, escolas, sindicatos etc.) e a última é constituída de instituições estatais (exército, burocracia, polícia), cujo papel na vida política é a dominação direta: violência, submissão. A cultura,

como ineficaz e o privado tem mais importância e é valorizado porque articula-se melhor com a dimensão individual da realização; o seja, o indivíduo passa ser central e definido pela sua própria performance, está menos vinculado à sorte de atores coletivos e mais orientado ao mercado. Dentro deste panorama aparece a Sociedade Civil organizada como esse ator ao quem se lhe assigna corrigir essa “ineficiência” do Estado na sociedade, trasladando a atenção social pública às mãos privadas, sejam estas organizações da sociedade civil ou as empresas.

Uma das representações do “Terceiro Setor” é a Responsabilidade Social, a qual, coloca-se como uma maneira para que o setor privado realize funções correspondentes historicamente ao Estado, todo baixo a lógica neoliberal; onde, à vez é funcional para o setor privado, já que funciona como legitimador social das empresas na sociedade.

Inicialmente, menciona-se que uma das primeiras intenções públicas de criar relações socialmente responsáveis na Costa Rica foi em 1977, onde o ex presidente Daniel Oduver durante a V Reunião da Associação de Câmaras Norte americanas de Comércio de Latino América enfatiza na necessidade duma relação voluntaria entre às companhias e o Estado, em a que às empresas considerem seus interesses financeiros de utilidade e às necessidades imperantes no país. De igual maneira promove em seu discurso, o apoio do governo às companhias privadas para que se fortaleçam no setor e destine-se desta maneira recursos à sociedade. (Oduver, 1977).

Também, como antecedente menciona-se a abertura das organizações ao nível nacional para o trabalho desde a promoção da Responsabilidade Social, estas correspondem à Associação de Empresários para o Desenvolvimento e ALIARSE para o Desenvolvimento, de igual maneira, destaca-se como referência a promoção do projeto de lei para promover a Responsabilidade Social Empresarial nas Municipalidades.

em operação dentro da sociedade civil, influencia as ideias, instituições e indivíduos pelo consenso - essa forma de liderança cultural é o que Gramsci identificou como hegemonia.

O enfoque naturalista considerava a sociedade civil como o reino da ordem sobre um estado de natureza, no qual os homens encontravam-se em algumas sociedades pré-estatais. A sociedade civil significava uma organização dos indivíduos, além da família, produção, etc., em uma entidade coletiva governada pelas leis. Os homens ingressavam voluntariamente nessa entidade coletiva, abrindo mão da liberdade a fim de proteger sua liberdade. Assim, a sociedade civil era o estado de natureza organizado e governado pela vontade coletiva, pelo Estado. E, segundo algumas interpretações, a sociedade civil poderia até mesmo ser considerada como o próprio Estado. Hegel, por outro lado, denominava sociedade civil a sociedade pré-política, aquela que os naturalistas tinham nomeado estado de natureza. Para Hegel, a sociedade civil era o reino da "dissipação, da miséria e da corrupção física e ética" (Hegel, in Mouffe, 1979, 28), exatamente o oposto da concepção naturalista. A sociedade civil de Hegel devia ser regulada e dominada pela capacidade intelectual superior do Estado, que era a forma mais elevada da ordem moral e ética do homem. (Carnoy, 1988)

Como refere a Assembleia Legislativa (2009), com o objetivo de definir os lineamentos estratégicos para contar com uma “Agenda Nacional de Responsabilidade Social Empresarial” em novembro de 2007, se realizou a “II Conferencia de Responsabilidade Social Empresarial”. O foro tinha como objetivo contribuir com a aprofundamento e expansão da RSE na Costa Rica, analisando e discutindo quatro temas prioritários: encadeamentos produtivos, alianças público privadas, rendição de contas e mudança climática.

O 8 de julho do 2008 constitui-se o Conselho Consultivo Nacional de Responsabilidade Social (CCNRS) para instar às dependências do setor público e às organizações do setor privado para que apoiem a labor do Conselho na medida de suas possibilidades e dentro do marco legal respetivo. Segundo a informação do CCNRS, se tem definido como prioritárias, três áreas básicas de ação nas que centrara suas iniciativas: promoção de alianças público-privadas, encadeamentos produtivos socialmente responsáveis, transparência e rendição de contas.

Além disso, no outubro de 2009, segundo o diário oficial do governo (La Gaceta), se promove o projeto de lei N°17510 “Lei marco da responsabilidade social empresarial”, a qual foi rejeitada pela Assembleia Legislativa no 2010 por questões de forma do projeto.

Atualmente, não se executa nenhuma proposta de lei de responsabilidade social desde o Estado, e só duas instituições de ensino superior (Universidade Nacional e o INCAE) tem programas de estudo relacionados com o tema.

Considerações finais

Para poder compreender a realidade e ter uma leitura crítica desta, deve-se ter um fundamento teórico-metodológico que incorpore categorias ontológicas inerentes à realidade como as categorias de totalidade, historicidade, contradições e mediações, onde se conceba o Estado não como propõem alguns filósofos iusnaturalistas e positivistas como o Estado executor do “bem comum”, senão, o Estado mediado por um conflito de classes, o qual está determinado pelas contradições geradas por isto. Ademais, é importante colocar que o tema de responsabilidade social é um tema pouco abordado na Costa Rica, a pesar que não é uma pratica recente. O chamado “terceiro setor”, não está à margem da lógica do capital e do lucro privado, mais bem é funcional à estratégia hegemônica do capital, e portanto, não é alternativo, é integrado ao sistema.

O conceito de Responsabilidade Social, definidas pelos autores do setor empresarial como uma “maior sensibilidade social” do empresariado, (na realidade transformações de estratégia de marketing e redução de custos e taxas) próprio e funcional ao projeto neoliberal (onde a resposta ao setor social é focalizada, concebendo a intervenção não como um direito e funda-se na chamada “solidariedade local”, na auto ajuda o ajuda mutua), é uma visão muito romântica na realidade, como aponta Montaño (2003), longe disso, os benefícios econômicos e políticos da atividade filantrópica trouxe para a empresa maiores benefícios que seus custos, poderíamos falar que “a filantropia empresarial” entra nos custos de “representação do capital”, limpando a imagem da empresa, melhorando o marketing comercial, exonerando ao capital de impostos governamentais, conseguindo subsídios e outros benefícios.

Desta forma, a RS considerada como uma maneira das empresas para colaborar com a intervenção social pela “sensibilidade que tem”, é reforçar uma hegemonia de classe, onde se destaca as boas intenções dos capitalistas, segundo Gramsci “... a aceitação resulta da "hegemonia" da classe capitalista (o domínio das normas e dos valores dessa classe), e o Estado, como um aparato ideológico, ajuda a legitimar essa hegemonia e é, portanto, parte dela. Na formação de um consenso para o desenvolvimento capitalista” (Carnoy, 1988)

O anterior reflexa o conteúdo ideológico da Responsabilidade Social, onde se dá um auge desta estratégia como o fim de melhorar a situação econômica das empresas por meio da “fama e o governo dos concidadãos”, fazendo crer que a intervenção do social é uma responsabilidade compartilhada, onde a sociedade civil é a responsável de velar por isto, trasladando as funções do Estado à cidadania.

Por isto, considero importante retomar a discussão da Responsabilidade Social enfocada especialmente na Costa Rica, primeiramente pelo pouco material acadêmico e científico encontrado deste tema e muito menos reflexões desde uma perspectiva crítica, ademais, porque é uma realidade existente nesse país, onde as empresas estão implementando esta estratégia com mais força e cada vez mais profissionais de Ciências Sociais (especialmente de Serviço Social) se incorporam nestes espaços de trabalho sem uma reflexão crítica de seu quefazer profissional, gerando assim, um trabalho imediatista, vaziado de conteúdo histórico que procure uma mudança nas relações sociais, mais bem, ajuda as práticas sem um sentido transformador, desarticuladas, só cumprindo com o que deveria ser a RS segundo o discurso oficial, perpetuando desta maneira o sistema de produção capitalista.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *¿Adiós al trabajo? Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo*. San Paulo, Cortez, (Biblioteca latinoamericana de Servicio Social, vol. 7), 2001.
- ASAMBLEA LEGISLATIVA DE LA REPÚBLICA DE COSTA RICA (2009). **Proyecto de Ley Especial para Fomento de la Responsabilidad Social Corporativa (RSC)**. Expediente No 16186. Departamento de Servicios Parlamentarios. San José, Costa Rica.
- __ (2007). **Proyecto de Ley para promover la Responsabilidad Social Empresarial en las Municipalidades del país**. Expediente No 16.683. Departamento de Servicios Parlamentarios. San José, Costa Rica.
- CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2a ed. Campinas: Papirus, 1988. [pp. 19-62]
- COUTINHO, Joana. **Desmistificando o "terceiro setor"**. Publicado originalmente in: Lutas Sociais 9/10, 1o semestre de 2003. São Paulo: NEILS e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP. São Paulo. 2003.
- ESQUIVEL, Freddy. (2005). **La cuestión social en Costa Rica: una síntesis explicativa de su génesis y reproducción en el Estado liberal, antes de que se constituyera la profesión de Trabajo Social en el país**. En Ruiz, A. (2005). *Búsqueda del Trabajo Social Latinoamericano: urgencias, propuestas y posibilidades*. Buenos Aires, Argentina: Espacio Editorial.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HARVEY, David. (1993). *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.
- IAMAMOTO, M. (2003). **El servicio social en la contemporaneidad: trabajo y formación profesional**. São Paulo: Cortez.
- LA NACIÓN. **“País desciende en desarrollo. Debilidades en educación e ingresos”**, en: Diario La Nación, San José, Costa Rica, 9 de junio de 000. [En línea: /04/ 0 0]. Disponible en: http://www.nacion.com/ln_ee/ 000/junio/ 9/economia .html
- MANDEL, Ernest (1968). **Formación del pensamiento económico de Marx de 1843 a la redacción de El Capital**. Biblioteca del pensamiento socialista, serie ensayos críticos. México: Siglo veintiuno editores.
- MINISTERIO DE LA PRESIDENCIA DE COSTA RICA. **Programa de reforma del Estado. En documento Resultados de la Comisión de Reforma del Estado Costarricense**. MIDEPLAN. San José, Costa Rica. 1990.
- MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN NACIONAL Y POLÍTICA ECONÓMICA. **Plan Nacional de Desarrollo 1986- 1990**. Tomo 1. San José, Costa Rica. 1987.

MONTAÑO, Carlos. (2003). **Terceiro setor e questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2 ed. São Paulo, Cortez. ^[L]_[SEP]

PRADO, Andrea; FLORES Juliano; PRATT, Lawrence e LEGUIZAMÓN, Francisco. **Manual de Indicadores de Responsabilidad Social Empresarial para Costa Rica**. INCAE. San José, Cos Rica. 2004

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DE COSTA RICA (2010). **Declara de Interés Nacional la labor del Consejo Consultivo Nacional de Responsabilidad Social**. No 36344-MEIC - M T S S - P L A N .

Programa de las Naciones Unidas (PNUD) (2009). **Lanzan Consejo Consultivo Nacional de Responsabilidad Social en Costa Rica**. Disponible en Internet en: www.nu.or.cr/pnudcr. Con acceso el martes 3 febrero 2016.

WEISLEDER, SAÚL. **Programas de Ajuste Estructural y sus efectos económicos y sociales en América Latina**. Revista horizontes (1). Centro de Estudios y Capacitación Cooperativa. San José, Costa Rica. 1992.